

073ª SESSÃO ORDINÁRIA 28AGO2014

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região – CRN-2, que tratará de assunto relativo à certificação de restaurantes com selo de qualidade. A Sra. Carmem Kieling Franco, Presidente da entidade, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. CARMEM KIELING FRANCO: Na pessoa do Ver. Professor Garcia, Presidente desta Casa, saúdo a todas as autoridades aqui presentes e agradeço nova oportunidade de estar aqui com os senhores.

Senhoras e senhores, muito boa tarde. O papel de um conselho profissional é o de proteger a sociedade da ação de pessoas não habilitadas no exercício das profissões. Falando-se em nutrição, é necessário mantermos uma visão ampliada, compreendendo que, na prática alimentar diária, inerente à manutenção da vida, devemos considerar o alimento como promotor de saúde. Mas será que sempre promove saúde? Hoje, muitas vezes temos o alimento como promotor de doenças, ingerindo com ele verdadeiros venenos. Passa a ser importante, então, abandonar conceitos tradicionais que avaliam como saudável somente a qualidade e distribuição dos nutrientes do alimento, e sim adotar um novo modelo, onde alimentação saudável deve ser considerada desde a origem e para todos: quem produz, quem consome e o ambiente. Por essa visão, o CRN-2 tem apoiado e promovido eventos, materiais e momentos de reflexão sobre alimentação orgânica e agroecologia. Mas estar atento às modificações sociais é também reconhecer que é crescente a procura por alternativas de alimentação fora do lar. Com isso temos a expansão deste segmento comercial, mas, por vezes, em condições higiênico-sanitárias muito questionáveis. Com isso temos, também, a busca de facilidades alimentares, por

vezes acompanhada de opções pouco saudáveis, provocando aumento dos índices de sobrepeso e obesidade, e das doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão, diabetes, dislipidemias. Precisamos compreender que a escolha alimentar diária, independente do local onde é realizada, também deve ser promotora de saúde. E qual o profissional responsável por isso? Que profissional deve se responsabilizar pela seleção, aquisição, armazenamento, preparo de alimentos, controle das condições, além da adequada combinação dos nutrientes? Com a clareza de nossa missão de proteger a população, venho apresentar aos senhores a iniciativa do CRN-2, do lançamento do selo de qualidade aos estabelecimentos comerciais que cumpram estes requisitos – e outros tantos ainda mais específicos – a partir do exercício profissional do nutricionista. Essa iniciativa está em sintonia com a recente ação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que averiguou as categorias de churrascarias e galeterias de algumas capitais do País, e em Porto Alegre nenhum desses estabelecimentos atingiu a categoria A. A entrega do selo procura demonstrar aos empresários do setor alimentício que, com o exercício profissional do nutricionista, atingir a categoria máxima de avaliação torna-se inerente ao bom cumprimento de suas atividades, e demonstrar à sociedade e aos usuários que, com a presença do nutricionista, tem-se mais segurança na qualidade da refeição. Já foram entregues selos a 14 estabelecimentos do Rio Grande do Sul, e temos mais cerca de 20 solicitações de avaliação para também serem contemplados. Em breve ampliaremos para cantinas escolares e padarias.

Com a divulgação aos senhores, aproveitando a proximidade do Dia do Nutricionista, no próximo domingo, dia 31 de agosto, os convidamos para unirem-se a nós neste reconhecimento da importância da inclusão do nutricionista responsabilizando-se pela qualidade da alimentação do dia a dia. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Convido a Sra. Carmem a fazer parte da Mesa. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, em nome do Partido dos Trabalhadores, quero cumprimentar a Carmem Kieling Franco, do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região. Sei que esta iniciativa é muito louvável, muito bem-vinda, nós percebemos

que, cada vez mais, os homens e as mulheres precisam se alimentar na rua. O trabalho, a dificuldade do trânsito, um maior envolvimento que as famílias hoje têm com o deslocamento mais longo. A gente vê muitos adolescentes almoçando fora em função dos estudos, estágios, cursinhos em outro turno. E, de fato, é muito importante que haja um movimento de valorização e de presença dos profissionais que cuidam da qualidade dessa refeição ofertada. Sabe-se que a SMIC e os órgãos de controle não são equipados suficientemente para estar no cotidiano, mas mais do que ter condições de saneamento, nós queremos e devemos à população uma alimentação mais equilibrada.

Eu tenho uma caminhada, parti da educação do Município, na luta pela educação e alimentação saudáveis, fiquei muito feliz com a notícia de que cantinas escolares também serão desafiadas a conseguir o seu selo de qualidade. Que bom! porque nós temos leis nesta Casa, seja de controle de açúcar, seja de maior exposição e oferta de alimentos saudáveis, precisamos de muitas mãos, porque não é apenas uma questão de vigilância, é uma questão de competência técnica, da presença desse profissional dentro das instituições de ensino.

Então, parabéns, toda força, que boa iniciativa! O que pudermos fazer, estaremos fazendo para fortalecer esta iniciativa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Quero cumprimentar a Sra. Carmem em nome do PMDB; é uma profissão que veio para ficar, cada vez com maior extensão em seu campo de trabalho, que vai desde atendimento hospitalar, restaurantes, escolas. E feliz de nós que hoje temos esse acompanhamento na parte nutricional, que não existia antigamente, alimentávamo-nos de tudo e não sabíamos das consequências de uma alimentação que não é balanceada, com excesso de açúcares, gorduras. E hoje se vive mais, se vive melhor. Em todas as idades hoje se ouve falar em dieta, se aprendeu a palavra dieta para as crianças. Cumprimento a senhora por vir trazer as informações sobre a sua profissão.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, eu queria saudar a Carmem Kieling Franco, Presidente do CRN-2, em nome da Bancada do PSOL, portanto, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, e também represento hoje aqui, Ver. Pedro Ruas, outra pessoa que não pôde estar, que é a minha mãe, que me ligou, e que gostaria muito de estar aqui presente. Ela é nutricionista e integrante do Conselho, junto na luta com as nutricionistas que nos acompanham, a Sandra Regina Melchionna, que gostaria muito de estar em Porto Alegre participando deste momento. Então, também certamente estou representando essa luta dela, que é a luta de vocês, comemorando que, mais uma vez, o Conselho teve uma iniciativa fundamental para a Cidade. Esta política do selo de qualidade é muito importante. Eu fiquei extremamente preocupada ouvindo seu relato da qualidade das galeterias. Então, imagina, nenhuma das galeterias que foram visitadas pelo CRN tinha conceito A para estar operando naqueles preceitos da alimentação saudável. Isso é tão importante, porque nós estamos em tempo de agrotóxicos e doenças decorrentes do uso do agrotóxico nos alimentos. Nós estamos em tempos de busca desenfreada por lucros, que leva até o leite a ser adulterado e que tem decorrência direta no cotidiano das pessoas, e nós estamos em tempos também de aumento dos *fastfoods*, de refrigerantes, em muitas escolas, quando, na verdade, nós deveríamos buscar, cada vez mais, alimentação saudável, com uma política que valorize o profissional nutricionista, que é quem nos ensina que somos o que comemos, como a minha mãe sempre me disse, desde pequena. Muitas vezes, não há concursos públicos necessários para suprir a necessidade de nutricionistas coordenando toda rede municipal, para garantir as merendas, uma alimentação saudável para nossa juventude. Muitas vezes, é uma luta permanente garantir esse espaço profissional, que é uma luta para toda sociedade. Então, eu queria parabenizá-los, já aproveito e parabenizo pelo Dia do Nutricionista, agora, 31 de agosto, parabenizo cada uma das amigas nutricionistas. Mais uma vez, a gente saúda a bela intervenção do CRN-2, que sempre está atento à busca permanente por uma alimentação saudável, educando e, ao mesmo tempo, fazendo propostas como o selo de qualidade, que muito nos ajuda a cobrar do Governo a fiscalização que também é

necessária do ponto de vista do Município, dos governos, para garantir que haja, de fato, uma fiscalização da alimentação.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Presidente Carmem, parabéns pela iniciativa, falo em nome da Bancada do Partido Progressista, Ver. Villela, Ver. Nedel, Ver. Kevin Krieger, e quero registrar a satisfação por esta iniciativa do selo de qualidade nos restaurantes, visto que nós, atualmente, cada vez mais, estamos com uma vida corrida. Essa vida corrida, esse dia a dia corrido, desenfreado, nos impõe situações como fazer refeições fora de casa, em restaurantes. E a gente não tem esse conhecimento. Então, saber que vocês estão preocupados, cobrando, fiscalizando, lançando o selo de qualidade nos restaurantes é um alento, algo realmente extremamente satisfatório, produtivo. Eu quero registrar aqui os nossos cumprimentos, nosso total apoio a vocês. Sigam em frente. Cuidem das nossas vidas para podermos trabalhar e viver.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIO TROGILDO: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns pelo trabalho de certificação dos restaurantes. Já foi dito aqui o quanto a gente acaba fazendo as nossas refeições fora de casa e o quanto tem de importante esta participação do Conselho Regional de Nutrição nesta fiscalização. Falo aqui como alguém que é esposo de nutricionista. A minha esposa é nutricionista. Ela faz nutrição clínica, um dos ramos da nutrição que entendo ter muito valor dentre todas as áreas de atuação da profissão de vocês. Destaco aqui a questão da reeducação alimentar, que realmente é muito trabalhada no ramo da nutrição, o quanto é importante na vida das pessoas. Parabéns e muito sucesso.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Sr. Secretário, Sra. Carmem, quero parabenizar esta iniciativa, e a Bancada do PDT é parceira para valorizar sempre o crescimento da classe dos nutricionistas. Essa intenção do selo, para nós, é de grande valia.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Sr. Secretário, Presidente Carmem, não quero ser repetitivo aqui. Quero parabenizá-la, em especial, pela revista, que tem uma dedicação exclusiva à alimentação orgânica. Eu considero que estamos vivendo uma verdadeira revolução. As feiras de produtos orgânicos têm crescido muito. A Câmara já acolheu aqui uma feira no ano passado. Há uma tentativa de fazê-la mais rotineira, com os próprios servidores e aberta ao público. A revista me é muito familiar, porque aparecem pessoas das quais eu compro os produtos orgânicos. Está aqui a foto de quem me vende tomates lá na feirinha, no Menino Deus, da Secretaria da Agricultura. Quero parabenizá-la por isso. Eu não sou um conhecedor da área, mas espero que todos os profissionais dessa área consigam colocar em ação a ideia de que a cura deve vir do próprio alimento. O alimento tem que ser a nossa própria cura. Essa é uma visão de saúde. Nós temos a tendência de tratar a saúde sempre no problema e não na prevenção. Então há toda uma filosofia. Os feirantes dizem que as pessoas vêm comprar ali pelo alimento orgânico e também por toda a relação que se gera com as pessoas; então o alimento orgânico é como uma ponte de relacionamento e de interação entre as pessoas. Há toda uma cultura na saúde preventiva e na questão da alimentação.

Quero já lhe pedir apoio a um projeto de lei que tramita aqui, de nossa autoria, prevendo a inclusão gradual da alimentação orgânica nas escolas. Então, eu sei que se trata de uma matéria que não é simples, talvez envolva um custo maior, mas não podemos ver só com

os números frios, mas, sim, tudo o que a alimentação orgânica traz de benefício. Quero parabenizá-la, conte conosco para continuar incentivando a alimentação saudável na Cidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. João Derly está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente, em nome da Bancada do PCdoB, cumprimento a Sra. Presidente Carmem Franco, do Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região; em nome da Ver.^a Jussara Cony, que compõe a Bancada do PCdoB, quero cumprimentá-la pelo trabalho que tem feito e pela importância que tem uma alimentação saudável. Porto Alegre apresenta índices alarmantes de sobrepeso e obesidade. No ano passado, acabei apresentando uma política que se chama Porto Alegre Mais Leve, uma política de combate à obesidade, e, no final do ano, na Lei Orçamentária, consegui implementar recursos para que essa atividade seja desenvolvida na nossa Cidade. As crianças hoje ficam muito tempo sozinhas, porque os pais têm que trabalhar, e acabam tendo uma alimentação rápida, e a gente sabe da necessidade de elas terem uma boa alimentação para a sua formação até para que possam ter uma vida melhor, mais sadia e possam se desenvolver nos estudos. Quero cumprimentá-la por esta iniciativa, pelo trabalho que tem feito. Conte com a nossa Bancada para o que precisar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Prezada Presidente Carmem, as diversas Bancadas já se manifestaram. Queremos, mais uma vez, parabenizá-la pela certificação com o selo de qualidade e, principalmente, pelo Dia da Nutricionista. Leve o abraço desta Casa a todos esses profissionais que, conforme a senhora disse, prezam pela qualidade do bom trabalho em prol da sociedade. Faremos um rápido intervalo para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h35min.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): (14h36min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O Ver. Mario Manfro está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Nereu D'Ávila está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Ver. Professor Garcia; Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, eu fico bastante emocionado, Presidente, e registrei o quanto pude aos Vereadores que estão na Casa. O momento de ontem foi um momento, Vereadores, Vereadoras, histórico na Cidade – histórico. Eu tenho muito orgulho do que nós, como Câmara Municipal, conquistamos ontem. E aqui não há, Vereadores e Vereadoras, Ver. Villela, nenhum menosprezo – o que não combinaria comigo – à posição perdedora ou vitoriosa, enfim, em algum momento. Eu muito mais perdi votações nesta Casa do que venci. Ontem, tivemos uma vitória. Anteontem, uma derrota e, amanhã, uma derrota, quem sabe. Mas tivemos uma grande vitória ontem. Acho que a Câmara mostrou – respeitando as posições divergentes, não houve uma situação bélica de confronto, houve respeito, sim – que continua fazendo história.

Hoje, a imprensa toda do País, Ver.^a Fernanda Melchionna, comenta o mesmo tema: a mudança, Ver. Cecchim – que votou nessa posição, como democrata –, do nome da Av. Castelo Branco para Avenida da Legalidade e da Democracia. Todos os nossos jornais falam do tema aqui no Sul e no resto do Brasil. Só a foto do Léo, que fotografa neste momento, foi publicada mais de cem vezes, companheira Sara Mendes, que aqui nos assiste; o Léo e o Tônico me contavam isso hoje. Então, há uma divulgação extraordinária de um fato, e, para nós, ele é, sim, um momento histórico para Porto Alegre e para o Brasil.

Nós estamos registrando o cinquentenário do Golpe Militar de 64. E o que nós quisemos mostrar foi que há um movimento nacional para descomemorar este golpe militar, desmonumentalizar, resignificar, rebatizar, e tudo isso faz parte de um mesmo movimento, que busca, ao fim e ao cabo, memória, verdade e justiça. Repito: memória,

verdade e justiça. Contar o que foi, efetivamente, a história do Brasil nesse período, mostrar quem perseguiu, quem prendeu, quem torturou, quem matou, quem exilou, quem causou dor e sofrimento. E não homenagear representantes da ditadura militar. Ao contrário, conseguimos, ontem, fazer uma homenagem justa ao maior movimento cívico da história do Rio Grande do Sul e um dos maiores do Brasil, Delegado Cleiton – sei que V. Exa. é um grande representante dessa corrente; talvez, neste momento, na Capital, o maior representante.

Mas é uma grande honra nós termos, na entrada da Cidade, exatamente, a Avenida da Legalidade e da Democracia. Este é um momento singular mesmo, e concluo dizendo que agradeço a toda a Câmara de Vereadores. Reitero, porque chegou a Ver.^a Mônica Leal, que não ouviu o início: respeitando todas as condições em contrário, num debate democrático, sério e de alto nível, a Câmara chegou a uma conclusão que me dá muito orgulho. Se eu fosse registrar algo nos meus cinco mandatos nesta Casa, para lembrar como sessão única, lembraria da sessão de ontem. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Comunicações.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores; público que aqui nos assiste e colegas funcionários desta Casa. Hoje, dia 28 de agosto, um dia antes do meu aniversário, nós comemoramos os 51 anos do discurso histórico do pastor ativista Martin Luther King Jr. – “Eu tenho um sonho”. Esse tema, esse discurso, eu trouxe para dentro da minha campanha, trouxe para dentro da minha história de vida: ter um sonho em que todo o ser humano, em que todos tivessem o mesmo tratamento, o mesmo respeito, sem segregação, e que todos fôssemos realmente irmãos e tivéssemos as mesmas oportunidades. Ontem, aqui, revíamos alguns pontos da nossa história, da história de Porto Alegre, da história do Brasil, e trouxemos para esta Câmara uma discussão que, para nós, foi muito gratificante, mesmo atingindo o sentimento de alguns. Hoje, recebi pelas redes sociais, a mensagem de uma querida amiga, uma artesã da Zona Sul, que dizia ser contra a mudança do nome da avenida da entrada da Cidade, inclusive, ela dizia que ela e mais 80% da população de Porto Alegre eram contra. A liberdade de expressão

é importante. A liberdade em conviver com as pessoas é importante. Ontem mesmo o Vereador brincava - e tenho certeza que era brincadeira - que a defesa que eu fiz do projeto dos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna daria espaço para que eles viessem aqui na tribuna trocar o nome do viaduto Abdias para o nome de um jogador de futebol. Aqui é um espaço do povo, mas isso significaria, no mínimo, mais um golpe na história do Brasil! E mais um golpe no sonho perpetrado por Martin Luther King Jr., nesses 51 anos. Hoje, pela morte de um adolescente negro, nos Estados Unidos, estamos vendo o transtorno e a revolta da comunidade em torno desse assassinato. Então isso seria mais um golpe na história do povo negro e na história do Brasil. Mesmo que não tivéssemos os 16% da comunidade negra no Rio Grande do Sul - somos 16% no Rio Grande do Sul -, Abdias Nascimento ainda seria lembrado pela sua história de lutas, com todo respeito a todos os jogadores, mas estou falando da história de vida. Muito mais importante na história e na transformação coletiva deste País. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver. Delegado Cleiton. Quero registrar que, hoje, dia 28 de agosto, quinta-feira, às 19h, no Salão da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, na Rua Napoleão Laureano, bairro IAPI, acontecerá uma reunião pública para tratar sobre questões relativas ao Centro de Saúde IAPI.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, tenho certeza que a minha Bancada está de acordo que eu utilize este tempo de liderança para falar de uma audiência pública que tivemos nesta Casa, ontem. Foi uma audiência bastante participada e representativa – contou com mais de 200 pessoas, entre funcionários e professores da Rede Municipal de Ensino – da nossa Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Tratou-se de uma culminância de quatro reuniões que a nossa Comissão fez, no primeiro semestre deste ano, com os Conselhos Escolares, Ver. Alberto Kopittke, colega de Bancada, nas regiões da Cidade. A pauta mais forte que aparecia era a da segurança nas escolas, a ausência de guardas municipais para fazer a mediação com a comunidade, conturbada, quanto ao tráfego de drogas no entorno, quanto à violência, que chega, através dos nossos alunos, dentro da

sala de aula. Nós, ontem à noite, escutamos, mais uma vez, essas questões, porque as questões de recursos humanos, de professores em sala de aula, estão um pouco amenizadas com as 400 nomeações durante este ano; mas o fato é que todo o primeiro semestre do ano foi muito tenso pela falta de professores. O tema da segurança, ontem, apareceu de forma contundente, porque um professor nosso, o Giovani, da Zona Norte da Cidade, da Escola Estadual Presidente Vargas, sofreu violência física de familiares de aluno por uma contraverdade do familiar, em plena escola, que não tinha guarda – a funcionária tentou conter o familiar, mas não deu. O nosso professor está, inclusive, com vários dentes perdidos, com o rosto inchado, porque foi violenta a reação do familiar. Nós temos tudo várias situações, infelizmente, resultado de uma opção política do Governo Municipal. Em primeiro lugar, o Governo Municipal assumiu outras funções para a Guarda Municipal, descobrindo o atendimento ao serviço público prestado pela própria Prefeitura, sejam guardas nas escolas, sejam nos postos de saúde. Nós, nos postos de saúde, só temos alarmes, não temos o porteiro, e, de fato, a mediação da Guarda Municipal não teve. Nas escolas, onde nós juntamos 1.000, 1.500, 2.000, 3.000 alunos sob a responsabilidade dos professores, é gravíssima essa saída, essa retirada progressiva dos Guardas Municipais.

Ontem, as várias escolas, como a Escola Salomão Watnick, escola para surdos, sofre não só com a violência, como assaltos que tiram materiais importantíssimos das escolas, como essa escola de surdos que fica no bairro Intercap, que é uma escola que não tem ainda gradil ao redor, apenas uma cerca. É uma escola pequena, com muitas praças, muito verde, muito escura ao redor, e está sem guarda, e já teve os seus equipamentos eletrônicos, importantíssimos para trabalhar com surdos, roubados, furtados - então, equipamentos fundamentais para o ensino acontecer. Tivemos vários relatos de situações muito graves. E ontem à noite tiramos um encaminhamento, que tem base também na outra decisão, do ano passado, do Governo Municipal de não nomear os Guardas Municipais concursados, que nesta Casa vieram, nesta tribuna, nas Comissões, solicitar a nomeação. O concurso expirou no final do ano passado, em novembro; os Guardas não foram nomeados e essa situação da Prefeitura se agravou. Nosso encaminhamento, do conjunto dos professores e funcionários presentes, ontem à noite, da Ver.^a Jussara Cony, que estava aqui pela Frente Parlamentar, e esta Vereadora pela CECE, é que a Prefeitura desloque, imediatamente, de outros serviços que não são ligados diretamente ao

atendimento da população por políticas públicas, para as nossas escolas. E falo das praças e parques, da equipe que existe de prevenção, que faz palestras nas escolas. Para nós, esses Guardas têm que estar nas escolas, e vão fazer a palestra a partir do trabalho da escola. Achamos e decidimos que vamos encaminhar ao Prefeito, Presidente da Casa, o documento de tudo que ontem foi aqui relatado e falado por mais de dez intervenções, e esperamos que a Prefeitura Municipal se responsabilize pela segurança de nossas crianças e dos nossos professores, porque as escolhas que tem feito não têm garantido isso.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde a todas, a todos, eu tomei a liberdade de solicitar aos colegas de oposição esse período, mas, na verdade, a minha fala não é de oposição; é uma fala que visa a estabelecer um diálogo, aproveitando esse nosso canal de comunicação com a sociedade, através da televisão, e com as nossas notas taquigráficas, para falar um pouco sobre o dia de ontem, sobre a votação da troca de nome da Av. Castelo Branco para Av. da Legalidade. Ontem o assunto foi tratado de forma apaixonada, e é normal que assim seja, mas eu gostaria de trazer uma explicação, porque esse é o objeto de estudo hoje do meu mestrado. Eu tenho tido a oportunidade de participar de uma série de eventos, conferências e tenho tido a oportunidade, Vereador-Presidente Villela, de ler muitos livros sobre esse assunto. Eu gostaria de posicionar, mais uma vez, agora um pouco fora do calor do debate de ontem, a importância dessa discussão. Desde a década de 1990, com o final da Guerra Fria, em várias partes do mundo, começou um grande debate que ganhou o nome de justiça de transição, que discute exatamente como nós podemos passar de regimes autoritários, sejam de que ideologia forem. Esse debate foi muito feito no Leste Europeu, por exemplo, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; na África, principalmente, e mais conhecido na África do Sul, com o fim do *apartheid*; e em toda a América Latina. Discute como nós podemos sair de regimes autoritários que têm por característica um processo natural de militarização de todo o aparato de segurança pública e provocam um conjunto de traumas

pág. 12

– o que é uma característica de qualquer regime autoritário. Discute como nós podemos, após esse regime, fazer um processo de consolidação da democracia, porque se percebeu que apenas fazer uma eleição, iniciar um processo eleitoral, como estamos tendo no Brasil – já é o sétimo processo eleitoral da nossa história recente, o mais novo processo democrático – não é suficiente para que se rompa com um conjunto de heranças que advêm de um regime autoritário. Foi nesse sentido que começou a se discutir que medidas podem ser feitas. Eu trago o exemplo típico, discutido no mundo inteiro, que é, por exemplo, o símbolo, hoje, do BOPE do Rio de Janeiro, todos conhecem o símbolo do Tropa de Elite: uma caveira com uma faca enfiada no meio. De onde vem esse símbolo? Um símbolo que está totalmente fora de qualquer padrão de polícia, de democracia, com o símbolo de uma caveira, o símbolo da morte, o símbolo máximo da violência. Isso advém exatamente de um grupo de extermínio criado dentro do DOPS de São Paulo, criado pelo Delegado Fleury, que executou mais de 400 presos, entre 1968 e 1972, e deixava uma caveira ao lado de suas vítimas. Então, esses símbolos permanecem dentro do regime democrático. Como a nossa transição foi coordenada exatamente pelas pessoas que comandavam o regime autoritário, esse processo não foi feito. Então, quando discutimos o nome de uma rua, na verdade, o que estamos discutindo é todo o problema de segurança pública do Brasil. Eu não estou dizendo que todos os nossos problemas advêm disso, mas grande parte, Ver. Bernardino, da incapacidade do estado brasileiro em prevenir a violência no período democrático advém de uma forma de pensar ainda vinculada às heranças de um regime autoritário! E isso não é exclusivo do Brasil; isso acontece em vários países do mundo. Quando nós estamos discutindo o nome de uma rua, nós estamos, na verdade, discutindo toda uma forma de repensar a sociedade brasileira e, principalmente – na minha opinião –, sobre o tema da segurança. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, é um assunto importante. Aqui não se trata de revanchismo; é um indicativo que o próprio, quando foi lido ontem, desde 1994, Conselho de Segurança da ONU e vários organismos já orientam no sentido de que se possa fazer a discussão através da reparação, da memória e da verdade e através da responsabilização daqueles que foram autores de crimes contra a humanidade. Então, é uma discussão muito importante e que diz, talvez, mais respeito ao nosso dia a dia do que a maioria das pessoas possa imaginar. É normal que falar nesses símbolos cause

estranheza, porque eles foram criados em regimes de muita propaganda e censura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos os que nos assistem. É uma pena que eu tenha chegado no final da Tribuna Popular, quando a Sra. Carmem falava dos selos de qualidade dos restaurantes, que são muito importantes. A comida que consumimos no dia a dia é muito importante. Conforme pesquisas, 27% ou 28% dos brasileiros sofrem de diabetes, doença que vem acompanhada de hipertensão. Essas pessoas têm que ter uma alimentação bem saudável para que, no futuro, não sofram mutilações e não vivam em cadeiras de rodas.

O primeiro cuidado que nós, diabéticos, temos que tomar é fazer exercícios físicos, como ir à academia, ao parque, caminhar, correr; depois, é cuidar o que consumimos, a nutrição: saladas, arroz integral, pouco sal, mais peixe e mais frango; os doces são um veneno para quem tem diabetes, mas existem os doces *diet*. Acho que os restaurantes que venham a receber o selo de qualidade devem oferecer esses alimentos para os diabéticos e para as pessoas que vierem nos visitar também, porque não é só no Brasil que há pessoas com diabetes; essa doença há no mundo inteiro. Nos Estados Unidos o percentual de diabéticos é de 40% da população.

Então, estamos planejando um projeto, quero trazê-lo para discussão e apreciação, se Deus quiser, em novembro. É um projeto muito bom sobre nutrição em restaurantes. Penso que chegou o momento de as pessoas, por exemplo, que têm tendência à obesidade, começarem a se preocupar com uma alimentação mais saudável, para que amanhã não venha a acontecer o que ocorreu comigo – muito doce, muito sal. No futuro, o corpo vai cobrar isso. Essa é uma verdade.

Quero discutir muito esse projeto aqui com os Vereadores, quero inclusive fazer um convite à Sra. Carmem Franco para que ela venha também nos trazer subsídios para somar ao projeto para que possamos fazer, sim, com que os restaurantes de Porto Alegre

tenham um selo de qualidade e que adequadamente possam receber qualquer pessoa para fazer sua alimentação.

Pena que eu perdi o momento da Tribuna Popular, com o belo debate que ocorreu hoje, pois eu gostaria de ter falado da importância da alimentação, não só para os diabéticos, mas para os atletas também. Nós, jogadores de futebol, às vezes, exageramos, mas no outro dia queimamos todas as calorias que ingerimos; mas quando se para de jogar futebol, isso fica retido, e, lá no futuro, traz sérias consequências. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, na verdade não sou muito favorável a esses discursos que seguidamente alguns colegas fazem aqui da tribuna, buscando condenar efetivamente tudo o que aconteceu no passado. Eu não sou favorável e tenho todo um cuidado, digo mais, pergunto àqueles que criticam o passado, se um general ou um coronel, hoje, desobedecer à Presidente Dilma, o que acontece?

(Aparte antirregimental.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Então está. Mas isso não quer dizer que este Vereador está dizendo que é favorável às questões de tortura, às questões de ditadura. Não, não! Sou muito favorável a deixarmos um pouco o passado de lado e nos preocuparmos com o presente, nos unirmos, porque crimes aconteceram, sim, no passado. Tem gente viva aí que cometeu crimes, e se tivermos que prender e responsabilizar, vamos ter que responsabilizar dos dois lados. Dos dois lados! Naquele período, se pegaram em armas, nós tínhamos dois ou três lados com armas. Se houve exagero de um lado ou de outro, aí eu quero realmente dizer que pode, sim, ter havido exageros. Agora, dizer que só tinha santinho de um lado e criminoso do outro, por favor, aí é brabo, aí é complicado. Olha, Ver. Tarciso, aí é complicado. É a mesma coisa que, hoje, falarmos que neste ou naquele partido só tem anjinho. Estão cheios de diabinhos

em todos os partidos também. Resultado da vontade da própria sociedade. Tem um filme no YouTube que mostra um debate que aconteceu em Brasília, Ver. Cecchim, da Família Roriz. Fizeram uma montagem, mas aquilo é o retrato do Brasil, pela própria pessoa, ou o que ela pretende representar, o que ela pretende fazer, se eleita, mas também com a parcela de culpa daqueles que vêm elegendo essa gente, reelegendo ao longo dos anos. Tanto falam do Maluf, e o povo reelege o Maluf. Falam do Sarney, por exemplo, que, no passado, trilhava dando sustentação para o Governo chamado período ditatorial - deu uma melhoradinha, e ele se bandeou para o outro partido que combatia aquela... Foi Governador indicado. Aí foi lá para o Estado, se elegeu Senador, se não me falha a memória, com 20 mil votos, lá no Amapá, coisa assim. Nós vamos ver que tem tanta coisa que vem acontecendo. O que eu lamento profundamente é o seguinte: alguns militares - não vou dizer militares da ativa, porque aí é complicado - da reserva podiam também nos ajudar e contar, efetivamente, as dificuldades que enfrentaram no passado. Não, eles ficam lá, até, acovardados. E o que está acontecendo? Nós estamos criando uma geração de pessoas que se dizem cultas, mas que conhecem só um lado da história. Tomara Deus que nunca venhamos a passar novamente por aquele período, porque eu acho que a democracia é tudo que nós temos hoje e devemos preservá-la. Mas para preservar a democracia, nós temos que nos unir e combater os que não trabalham. Vamos combater a corrupção. Eu não aceito quando um ou outro colega diz "a operação não sei o que..." Nem vou falar o nome, porque isso tudo tem marca hoje, uma operação era de um partido, a outra operação era patrocinada por outro partido. Mas acho que aí é que está o cerne da questão, porque a grande maioria dos políticos brasileiros tem, sim, compromisso com as questões sociais, e uma parcela pequena faz barbaridades e a grande mídia faz uma festa divulgando. Coisa boa, a grande mídia não divulga. Obrigado. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Ilustre Presidente, Ver. Professor Garcia; Vereadores e Vereadoras; ontem, para mim, e eu tenho certeza de que para a cidade de Porto Alegre, foi um dia muito triste, triste porque esta Casa perdeu um dia de trabalho tratando de assunto que não precisava ser tratado, trocar o nome de uma avenida que leva o nome de um Presidente da República, Marechal Humberto Castelo Branco, que todos dizem que foi um ditador. Eu também posso dizer que ele ajudou a salvar o País de um regime autoritário comunista, porque eu me lembro muito bem o que acontecia naquela época. Ontem, a gente não pôde falar nada, porque era uma barulheira extremamente indevida, e não pudemos dizer... Por exemplo: hoje falamos muito em reformas. Quais reformas foram feitas? Nenhuma. Falam em reforma política, em reforma tributária, nada foi feito! Vou dizer algumas coisas que o Presidente Marechal Humberto Castelo Branco fez. Ele fez a Lei nº 4.380, que criou o sistema financeiro para aquisição da casa própria, o BNH. Quanta coisa boa foi feita! Editou o Estatuto da Terra e pela primeira vez regulou o sistema de reforma agrária no País. Criou a Lei nº 4.595 – eu era da área financeira naquela época –, que organizou o sistema financeiro nacional. Criou o Banco Central, dando início a uma segura disciplina e solidez no sistema financeiro, tão bem organizado que passou incólume pela crise mundial de 2008. Criou a lei que determinou a criação da Ação Popular, Vereador. Criou a Lei nº 4.728, que disciplina o mercado de capitais. Criou o mercado de capitais no País e a Lei nº 4.737, que instituiu o Código Eleitoral, que hoje ainda vigora. Também criou o Código Florestal, que recentemente foi atualizado, depois de 40 anos. Criou a Lei nº 4.898, em 1965, o processo de responsabilidade nos casos de abuso de autoridade. Ou seja, da própria autoridade, pois ele era Presidente. E finalmente criou a Lei nº 5.172/65, que foi a criação do Código Tributário Nacional, que também vigora até hoje.

O Sr. Bernardino Vendruscolo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para reforçar o que V. Exa. está dizendo sobre aquele período. V. Exa. falou no BNH. O BNH eu conheci, até porque eu comprei o meu primeiro imóvel pelo BNH, fui presidente de uma cooperativa habitacional no período de 1982 a 1984. Um sistema realmente revolucionário, que em seguida começou a ter desvios de seus recursos. Se nós formos olhar na história, a própria Corsan, em determinado momento aqui, usou dinheiro do BNH,

pág. 17

houve desvios. Uma parcela do Fundo de Garantia era do empregado, que dava origem aos recursos do financiamento, e a outra parcela era do próprio governo, que, diga-se de passagem, no início contribuiu, depois não contribuiu mais. Então, só para dizer, realmente o BNH deu início ao Sistema Financeiro da Habitação. E aqui nós temos o Ver. Reginaldo Pujol que tem uma história durante este período também. Nós temos a Restinga, o IAPI, aqueles condomínios do SESC, do Alto Teresópolis, e grandes condomínios de Porto Alegre foram construídos com recursos do BNH.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Obrigado, Vereador; como é bom que pessoas que viveram naquela época podem explicar detalhes. Eu tenho certeza de que outros também que aqui viveram poderiam atestar.

Eu lamento muito que 21 Vereadores tenham votado a favor e somente cinco votaram contra; no total, foram 26 votos, então dez Vereadores não votaram ou estavam ausentes. Sobre isso, muitas pessoas que estão preocupadas com a nossa Câmara, com o aproveitamento do tempo para aquelas coisas que realmente interessam à sociedade me telefonaram, muitas falaram numa reunião pública: “Mas que absurdo!” Eu acredito que elas devem ter pensado: “O que estão pensando os Vereadores?” Realmente, não ficou bem para a Câmara de Vereadores, não ficou bem. Nós temos - e eu acompanho isso de perto - mais de 2 mil ruas, becos, passagens, acessos; mais de 2 mil logradouros públicos sem denominação; só “ruas 2”, meu caro engenheiro que aqui nos assiste, existem 299 - na Restinga, há 18, no Mário Quintana, 34. Como uma pessoa, meu caro Presidente, que vem lá da minha terra, de São Luiz Gonzaga, vai encontrar um parente que mora na rua 2, que pode até ser lá no Mário Quintana, já que lá tem 34 ruas 2. Como vai encontrar a rua? Não tem jeito! Nós temos casos aqui como o conjunto Costa e Silva. É um caso típico disso. Lá não tinha nome nas ruas: era quadra dois, não sei o quê, depois casa 35. Houve um caso, Vereador que me cedeu o tempo, Guilherme Socias Villela, em que uma pessoa se sentiu mal lá. Chamaram o SAMU, que foi até lá, mas demorou muito para encontrar a rua porque ela não tinha nome. Quando o SAMU chegou, a pessoa tinha falecido. Isso é grave ou não? Isso é grave. Então, nós temos, Srs. Vereadores, 2 mil logradouros para serem denominados e nós perdemos um dia inteiro com uma troca de nome de uma rua já consagrada. Nós perdemos esse tempo todo com isso. Uma pessoa até me telefonou dizendo que a Câmara está trocando de nome: “as pessoas estão

chamando a Câmara Municipal de Porto Alegre de Depósito de Cabungo de Porto Alegre”. Eu não sei o que isso significa, mas peço que olhem no dicionário o sentido da palavra cabungo. Para variar, hoje, Ver.^a Mônica Leal - eu sei que a nossa bancada se preocupa muito com isso -, houve um protesto lá na Av. Assis Brasil, foram cinco horas de protesto, com trânsito trancado, porque os invasores de uma ou mais áreas estavam pedindo uma oportunidade para prorrogar a reintegração de posse. O problema é que as pessoas invadem sabendo que estão fazendo uma irregularidade, qual seja, tomando a propriedade alheia. Claro que podem ter os seus motivos, mas nenhum motivo é suficiente para transgredir a lei! Nós temos soluções na lei. Porto Alegre tem um déficit habitacional. Tinha, Presidente, 85 mil de déficit habitacional, e hoje ainda tem 45 mil famílias sem propriedade, sem casa. Então, houve uma evolução desde o governo do Partido dos Trabalhadores até o atual, uma diminuição, com a construção de 40 mil residências em Porto Alegre; claro, graças ao Governo Federal, graças à Prefeitura, houve essa diminuição, mas ainda há 45 mil de déficit de habitações. E V. Exa., Ver. Reginaldo Pujol, teve uma participação muito importante, que foi aqui já descrita pelo nosso ilustre Ver. Bernardino Vendruscolo.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Nedel, é muito apropriado o seu pronunciamento hoje, algumas horas após o absurdo que nós vimos acontecer na cidade de Porto Alegre, em que foi trocado o nome da Av. Presidente Castelo Branco. E digo isso com muita tranquilidade, porque, como jornalista que sou, me debrucei, durante a manhã de hoje, para acompanhar a repercussão disso na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, e foram inúmeras as manifestações de revolta, de surpresa, inclusive de pessoas indignadas com o procedimento. E quero aqui fazer um depoimento como Líder da Bancada Progressista: dizer do imenso orgulho que tenho dos Vereadores da nossa Bancada, que votaram, como deveria ser, pela manutenção da nossa história; um povo que não trabalha essa questão das suas origens não tem história. E nós, junto com o Ver. Pujol, com o Ver. Mario Manfro, respondemos à necessidade da população de Porto Alegre. Obrigada.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Obrigado, Ver.^a Mônica. Eu só queria cumprimentá-la também pelo seu trabalho sobre um problema sério de Porto Alegre, que são os

moradores de rua. Hoje estive na FASC e vi todo o trabalho que essa instituição está fazendo. Mas, realmente, Ver. Cecchim, faltam verbas para a solução desse grave problema que nós temos em Porto Alegre, sobre o qual devemos nos debruçar, somar esforços, porque é uma situação seriíssima de cidadania e de dignidade das pessoas em Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sras Vereadoras e Srs. Vereadores, recebi, na manhã de hoje, inúmeras manifestações das mais diferentes fontes acerca dos acontecimentos desenvolvidos nesta Casa no dia de ontem. Há quase uma unanimidade no sentido de que Porto Alegre esperava dos Vereadores uma posição diferente da que foi tomada no dia de ontem. E, de certa forma, Ver. Nedel, Ver.^a Mônica, até nós éramos criticados, porque entende a população que, na tarde de ontem, perdemos muito tempo discutindo o que não tinha que ser discutido.

Hoje, olhando o que já foi votado nesta Casa durante o mês de agosto, eu fico deveras comprometido com a ideia da maioria da população que se referiu. Nós temos projetos na Ordem do Dia, Ver. Cleiton, há mais de 90 dias, priorizados, muitos deles, sem que tenham oportunidade - ou por falta de quórum ou algo semelhante, ou por alguma manobra política - de serem votados e enfrentados aqui nesta Casa, entre os quais, a conclusão do projeto Cicloviário; há mais de 90 dias, autorizada uma renovação de votação a respeito de um assunto muito relevante para o qual a Cidade inteira tem opinião, que evidentemente não pode deixar de considerar nessa hora.

Conversei, ontem, com o meu querido amigo, Dr. Fernando Gay da Fonseca, meu professor, meu mentor ideológico, por assim dizer, que recebi, ao longo da vida, muitos aconselhamentos, e recebi uma advertência. A advertência de que pode a Casa do Povo estar - nesse envolvimento, estamos nós, Ver. Kevin Krieger - sendo envolvida por um processo absolutamente indesejado pela população de Porto Alegre. Esta população

esperava que os Vereadores estivessem aqui reunidos tratando da multiplicidade de problemas que afligem esta Cidade, este Estado, este País.

E nós discutimos ontem, uma tarde inteira, deixando de votar matérias importantes para saber se a Av. Castelo Branco vai mudar de nome ou não, como se a nossa decisão fosse produzir algum efeito. Como se fosse viável virmos aqui fazer um projeto de lei dizendo que a Praça da Alfândega não será mais Praça da Alfândega, que a Rua da Praia não será mais Rua da Praia. Nós estamos indo contra, absolutamente contra, ao que a população já consagrou.

Digam o que disserem, a Av. Castelo Branco vai continuar sendo Avenida Castelo Branco. E não é por que a população adora o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, mas simplesmente porque o direito consuetudinário consagrou esta artéria da Cidade.

E isso faz com que a população de Porto Alegre fique estarecida em verificar que nós gastamos tanto tempo nesse debate e que tantas outras situações que estão a nos exigir atitudes e providências imediatas, como alguns fatos que nós temos que cobrar do Executivo a sua realização, outros tantos que temos que cobrar do Governo do Estado, e alguns, inclusive, do Governo da União, dentre os quais, e falou bem aqui o Ver. João Carlos Nedel, a realização completa do programa Minha Casa, Minha Vida que em Porto Alegre não existe e que precisa existir.

Por isso, Sr. Presidente, em conclusão, fazer meia-culpa, devo ter participado também desse desgaste para a Casa, mas o fiz na tentativa de demonstrar que a discussão que nós realizamos no dia de ontem era absolutamente inapropriada, inadequada e inconclusiva, não levava a lugar nenhum. A decisão que ontem foi tomada, que será encaminhada, com certeza, à sanção do Sr. Prefeito Municipal, poderá, inclusive... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)... Sr. Presidente, falo mais pela Casa para os que nos assistem pela televisão, e a eles também homenagem. Não vou usar o tempo de liderança do Governo, porém podia fazê-lo, porque represento a posição dos Democratas, daqueles que estiveram conosco no dia de ontem, especialmente do então Partido Popular e do partido da Social Democracia Brasileira, aos quais fomos envolvidos naquele processo e contribuimos para que frustração tomasse contada da Cidade, ver a sua Câmara de Vereadores ficar discutindo nada durante todo o tempo. Vamos continuar –

pág. 21

isso sim – trabalhando no interesse da Cidade, como é o nosso dever e a nossa responsabilidade junto aos nossos eleitores! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Obrigado, Vereador. É sempre uma aula a sua participação, pela sua experiência, mesmo que tenhamos algumas diferenças ideológicas. A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Idenir Cecchim.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu trago a esta tribuna um tema que eu considero de relevância para a causa animal - aqueles que se preocupam e se dedicam voluntariamente a amenizar a dor e o sentimento dos animais abandonados e maltratados nas ruas de nossas Cidades. Em recente decisão, o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, acolhendo ação civil pública do Ministério Público, determinou que a Prefeitura de São Sebastião do Caí, apresente, no máximo de 60 dias, a contar deste mês, um projeto de criação de um centro de acolhimento e tratamento de animais domésticos e outro centro para animais de tração, prevendo ainda multa diária e mais ressarcimento à entidade que ingressou com esta ação que é uma entidade de São Sebastião do Caí. É uma decisão emblemática e de grande alcance para a causa animal, pois o entendimento da Justiça abre caminhos para que os Municípios gaúchos acordem e comecem a se programar, a partir de orçamentos para busca de soluções e atendimentos dos animais de suas Cidades que estão abandonados, maltratados, ou em situação de risco. Nestes locais, Sr. Presidente, conforme a decisão judicial, os animais domésticos receberão atendimento, tratamento, identificação e encaminhamento para feiras de adoção, porque não se quer também um depósito de animais nos Municípios, se quer o remanejamento desses animais para outros lares para não ficarem confinados. No final do tratamento, os cavalos, depois de registrado num programa de proteção, também serão encaminhados para doação. A Prefeitura de São Sebastião do Caí ainda deverá providenciar a fiscalização do transporte feito pelas carroças - felizmente temos uma lei, ainda não implementada totalmente, mas o assunto já foi debatido em Porto Alegre e já se tem um encaminhamento pelo menos -, a fim de reduzir o peso das carroças, se os animais estão maltratados e ainda a jornada.

pág. 22

Normalmente carroças circulam mais de que um turno, até às vezes, muitas vezes, o cavalo tombar no asfalto por excesso de trabalho. Essa ação civil pública, que trata o caso como omissão do Município em relação aos animais, foi ajuizada a partir das denúncias da Associação Ecológica Caí, entidade engajada na luta de buscar tratamento para animais em situação de risco. Isso merece o nosso reconhecimento e aplauso pelo alcance de sua ação, pelo exemplo e pelo mérito dessa demanda social. Vencida a Ação em 1º grau, a Prefeitura recorreu, mas o Tribunal de Justiça confirmou a sentença. A Justiça determina ainda que seja programada pelo Poder Executivo, na Lei Orçamentária, a dotação de valores específicos e suficientes para a implementação dessas casas de acolhimento e tratamento. Cabe destacar, Sr. Presidente, que, com base na Constituição, no seu art. 225, um dos votos que decidiu a causa, diz o seguinte que o grande problema de proteção ambiental no Brasil reside nos órgãos públicos, nos três níveis federativos, que não resolvem atividades eficientes de fiscalização e deixam de prestar serviços em favor do meio ambiente, onde os animais estão inseridos, e o que contraria os deveres constitucionais do Poder Público.

Temos então o exemplo que deve ser seguido pelas prefeituras municipais gaúchas e que serve de modelo para se buscar, por meio de políticas públicas, uma solução para os animais em situação de risco. Nós sabemos, passando pelas ruas da Cidade, que as mesmas cenas se repetem em quase todos os lugares: animais vagando, doentes, mutilados, com fome, vítimas e causadores de acidentes de trânsito, agredidos, doentes. Isso é responsabilidade, sim, do poder público. E sempre nos manifestamos a favor dessa conclusão, porque a gente estuda a Constituição.

Em boa hora está ação de uma entidade formada por voluntários. O Ministério Público, a decisão do Judiciário, desperta a nossa consciência para essas mudanças de comportamento, mas isso resulta dos processos educativos da ação de protetores e ativistas, da ação que promovemos nas redes sociais e das manifestações públicas que compaixão e responsabilidade nos mais variados ambientes.

Agradeço a todos os voluntários, na função de cuidadores, defensores, protetores, que vêm lutando ao longo dos anos, custeando alimentos, vacinação, alojamento, esterilização, e também fazendo as feirinhas e brechós para se manterem. É o conjunto dessas ações repercutindo no Judiciário e contribuindo para que o homem, por intermédio do Poder Público, saiba defender e cuidar dos seus amigos animais.

Assim, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, gostaria de tratar de um outro tema voltado à causa animal, como uma prestação de contas, no âmbito desta Casa, que são os projetos indicativos, ou de indicação, aqueles em que os Vereadores sugerem ao Poder Executivo, de outras esferas, providências. Na presente Legislatura, temos projetos pendentes de decisão do Governador do Estado, não sabemos se por falta de vontade política, ou por outras razões não especificadas. Fizemos projeto de indicação, por exemplo, da Delegacia Especializada de Proteção Animal de Porto Alegre, ou Delegacia dos Direitos Animais. Foi uma reivindicação de longo tempo, em outros estados brasileiros já existe, mas aqui ela foi implementada, foi criada por lei, mas funciona juntamente com a Delegacia do Meio Ambiente, que é a Dema. Ora, duas delegacias! O Meio Ambiente tem vários crimes ambientais em que é difícil fazer essa investigação e que tem deslocamentos, mas se coloca, ao lado, uma Delegacia de Proteção aos Animais, que tem uma demanda já considerável, com boletins de ocorrência, problemas diversos, e, lógico, não tendo funcionários, é difícil de funcionar. E ainda o prédio físico que tinha sido determinado para essa tal delegacia foi utilizado para outros fins. Temos ainda outro projeto de indicação que solicitava a regulamentação da Lei Estadual nº 14.229, que trata dos cães de aluguel. Pois demorou, demorou, e as empresas ingressaram com uma Ação de Inconstitucionalidade contra o Estado, e a lei está pendente. Também fizemos outro projeto de indicação solicitando a regulamentação da Lei Estadual nº 13.252, de 2009, que trata da microchipagem e identificação de cães comercializados no Rio Grande do Sul. Nenhuma providência foi tomada. Essa identificação é importante para saber de onde veio o animal, para quem foi vendido e para evitar abandonos que vão gerar custos à proteção animal e também ao próprio Poder Público.

Por fim, temos a Lei de Esterilização – esta é a que a gente busca –, aprovada em 2009, que trata do controle populacional e que prevê a identificação de microchipagem, e que até hoje não foi regulamentada pelo Governo do Estado. Então, veja bem, se avançou no aspecto legal, porém, se não é regulamentada, se o Governo não toca adiante a situação, nós continuamos na mesma.

Eu também quero falar do nosso Município. Há uma manifestação pública da Secretaria dos Direitos dos Animais, de ontem, anteontem, que disponibiliza viaturas para resgate de animais, num modelo exemplar, mas não confere com a realidade. E eu acho que nós

temos que parar de fazer propaganda e enganar a população, porque o que eu recebo de reclamações no Facebook... No ano passado, foram 300 casos que nós, que não temos essa atribuição, tocamos adiante. E ficam fazendo propaganda, tentando enganar, mas ninguém engana mais, porque a transparência é muito grande com as redes sociais. Ninguém passa informação indevida que não seja desmascarada.

Então, se funcionasse tão bem, nós não teríamos tantos pedidos pendentes, e aqui estão englobados não só estes de que eu estou falando. Em 2012, foram 778 pedidos pendentes; em 2013, foram 2.000; em 2014, foram 1.145 pendentes até agora, um levantamento que nós fizemos um pouco informal. Então, para minimizar tantas demandas sem solução, nós também incentivamos uma lei de iniciativa popular, a Lei Twid, para resgate dos casos emergenciais, porque não se pode ficar ouvindo a população telefonar, a todo o momento, achando que o Vereador vai fazer o serviço de uma Secretaria que existe e cujo orçamento nós a auxiliamos a conquistar, R\$ 9 milhões para atender as atividades finalísticas – esterilização e atendimentos emergenciais. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Professor Garcia reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia): Passamos à

PAUTA ESPECIAL

Não há Vereadores inscritos.

Passamos à

PAUTA

Não há Vereadores inscritos.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h45min.)

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
073ª Sessão Ordinária 28AGO2014
